



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

24/07/2017 ATÉ 24/07/2017

INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	1
	1.2 PÁGINA 2.....	2
	1.3 SITE TV GUARÁ.COM.....	3
2	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	2.1 SITE MARANHÃO HOJE.....	4
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG LUÍS PABLO.....	5
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG CESAR BELO.....	6
	4.2 BLOG DO CLODOALDO CORRÊA.....	7 8
	4.3 BLOG GILBERTO LIMA.....	9
	4.4 BLOG JEISAEL.COM.....	10
	4.5 BLOG JORGE VIEIRA.....	11
	4.6 BLOG MARCO DEÇA.....	12
	4.7 BLOG MARRAPÁ.....	13
	4.8 BLOG ROBERT LOBATO.....	14
	4.9 BLOG WALDEMAR TER.....	15
	4.10 PÁGINA 2.....	16
	4.11 SINAL VERDE DE CAXIAS.....	17
	4.12 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	18
5	OBRAS / REFORMAS	
	5.1 BLOG JOÃO COSTA.....	19
	5.2 INTERNET - OUTROS.....	20 21
6	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	6.1 BLOG CESAR BELO.....	22
	6.2 BLOG DO DE SÁ.....	23
	6.3 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	24
	6.4 BLOG GILBERTO LEDA.....	25
	6.5 BLOG ILHA REBELDE.....	26
	6.6 BLOG LUÍS CARDOSO.....	27
	6.7 BLOG RONALDO ROCHA.....	28
	6.8 BLOG ZECA SOARES.....	29
	6.9 INTERNET - OUTROS.....	30
	6.10 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	31

Inauguração: Comarca do Município de Santa Helena tem novo Fórum

24/07/2017 08:13:19

O novo prédio da Justiça em Santa Helena leva o nome do saudoso desembargador José Antônio Almeida Silva, magistrado com uma trajetória marcante no Poder Judiciário.

Durante a solenidade, o desembargador Cleones Cunha destacou a satisfação em inaugurar uma sede almejada pelos servidores e pela população. *"É sempre uma alegria entregar um Fórum porque a comunidade merece ser bem recebida. O juiz e os servidores merecem ter um lugar digno para o trabalho. Agora, é continuar o compromisso de servir e tratar bem a todos que buscam a Justiça"*, ressaltou.

Sobre o desembargador José Antônio Almeida Silva, o presidente do TJMA falou do homenageado como um grande magistrado, com quem conviveu e trabalhou no início de sua carreira. *"É uma homenagem justa e devida a um homem que teve uma conduta ética e marcante por onde atuou. É uma forma de reconhecer as grandes virtudes de um magistrado que muito contribuiu para a Justiça em nosso Estado. O que eu aprendi com ele nunca esquecerei"*, declarou.

Há dois anos exercendo as funções judicantes como diretora do Fórum da Comarca, a juíza Cynara Elisa Gama Freire justificou o agradecimento especial aos servidores por terem se esforçado, diuturnamente, para atender bem as partes e advogados nos cerca de 8 mil processos em trâmite na Comarca.

Sobre a entrega do novo Fórum, a magistrada referiu-se como um desejo esperado. *"É um sonho acalentado por todos os juízes que por aqui passaram e que eu tenho a honra de inaugurar, assim como o Fórum eleitoral. Reafirmo o compromisso de trabalhar com afinco e dedicação acompanhada por esta valorosa equipe"*, acrescentou.

O procurador-geral da Justiça, Luís Gonzaga Martins Coelho, parabenizou o Tribunal de Justiça por presentear a população com um novo Fórum e pela homenagem ao desembargador José Antonio Almeida Silva. *"Ele era um homem à frente do seu tempo. O Judiciário faz um importante reconhecimento de gratidão a esse grande magistrado"*, asseverou.

O prefeito de Santa Helena, Zezildo Almeida Júnior, afirmou que a comunidade helenense está satisfeita com o novo prédio da Comarca. *"É um momento especial para os cidadãos de Santa Helena e de Turilândia, que terão um acesso facilitado à Justiça"*, frisou.

HOMENAGEM - Na presença dos filhos, netos e bisnetas, a esposa do desembargador homenageado, Elimar Figueiredo de Almeida Silva - procuradora-geral de Justiça no Maranhão aposentada - demonstrou felicidade e gratidão pela homenagem especial prestada pelo Tribunal de Justiça. *"Procurei buscar, na minha memória, algo que dissesse da história desse homem como juiz e que o fez merecedor de tamanha honraria"*, revelou num

discurso emocionado em que relatou a vida do marido desde os tempos da faculdade de Direito.

A ex-procuradora destacou momentos importantes na carreira do esposo, que dedicou 43 anos de sua vida à magistratura, dos quais 29 foram no Tribunal de Justiça do Maranhão. *"Apesar das funções que exerceu, das lutas que enfrentou, de suas conquistas e vitórias, jamais deixou de ser aquele homem afável e simples, cujo sorriso para nós, sua família, iluminava o mundo. Que nesta Casa, se encontre sempre a presença da Justiça, repositório maior da esperança dos cidadãos"*, realçou.

O advogado José Antônio Almeida, filho do desembargador homenageado, agradeceu o reconhecimento dizendo que para a família o gesto tem um especial encanto: *"Helenas são todas as minhas irmãs. Era o nome favorito do nosso pai. Estamos orgulhosos de que ele esteja vinculado a este Fórum e a esta cidade"*, frisou.

A nova sede da Biblioteca do Tribunal de Justiça, inaugurada em 29 de novembro de 2016, também ganhou o nome de "Desembargador José Antonio de Almeida Silva", homenageando um dos magistrados de maior relevância para a Justiça no Maranhão.

BIOGRAFIA - José Antônio de Almeida Silva era natural de São Luís, tendo nascido em 15 de julho de 1928. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Luís. Iniciou a carreira na Magistratura em 23 de agosto de 1955, na Comarca de Imperatriz. Atuou como juiz, também, nas comarcas de Balsas, Cururupu, Alto Parnaíba e Pinheiro.

Em 1966, foi eleito juiz do Tribunal Regional Eleitoral e promovido para a Comarca de Caxias no mesmo ano. Em 1968, foi promovido, por merecimento, para São Luís. No Tribunal de Justiça do Maranhão, tornou-se desembargador em 1969. Foi corregedor-geral da Justiça no biênio 1979-1980 e eleito presidente da Corte em 1981.

Como desembargador do TRE-MA, foi presidente da Corte por dois biênios consecutivos (1974-1976 e 1976-1978), ocupando também os cargos de vice-presidente e corregedor. No exercício da magistratura preocupou-se com a melhoria do orçamento do Tribunal de Justiça. Reiniciou a publicação da Revista de Jurisprudência do TJMA. Foi membro da Comissão de Elaboração do Anteprojeto da Constituição de 1967. Faleceu no dia 15 de outubro de 2016, aos 88 anos.

COMARCA - De entrância intermediária, a Comarca de Santa Helena tem mais de 41.416 mil habitantes e integra o polo de Pinheiro, na Baixada Maranhense. Possui como Termo Judiciário o Município de Turilândia.

A pedra fundamental do novo Fórum de Santa Helena foi lançada em setembro de 2011, pelo então presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon. Em terreno doado pela Prefeitura de Santa Helena, o novo prédio - situado na Rua Bequimão, s/n, Ponta d'Areia - ocupa uma área de 573 metros quadrados de área construída.

Tem pavimento térreo, com estrutura para abrigar duas unidades jurisdicionais, com salas de audiência, gabinete de juiz, secretaria judicial, arquivo, distribuição e protocolo, OAB, depoimento especial e de oficiais de Justiça, recepção, copa e banheiros feminino, masculino e adaptados para pessoas com deficiências.

Em seu acervo processual, foram proferidas 1.268 sentenças no ano de 2016. De janeiro a julho deste ano, foram cerca de 1.000 processos sentenciados. Até novembro de 2017, estão agendadas as realizações de dez sessões do Tribunal do Júri. Com uma vara única, o acervo é de 8 mil processos.

PARTICIPANTES - Prestigiaram a solenidade de inauguração o desembargador Ricardo Dualibe (ouvidor-geral

do Poder Judiciário); os juízes Antônio Agenor Gomes (Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís); Rodrigo Costa Nina (Santa Luzia do Paruá); Rafael Felipe de Souza Leite (Mirinzal); Teresa Cristina Franco Palhares Nina (Pinheiro); Mirella César Freitas (Itapecuru); Larissa Rodrigues Tupinambá Castro (Pedreiras); Urbanete Angiolis (Turiçu) e Aurimar Arraes (Governador Nunes Freire); os promotores de Justiça Emanuel Neto Guterres Soares (Santa Helena) e Laura Amélia Barbosa (Governador Nunes Freire).

Estiveram presentes também o prefeito de Turilândia, Alberto Magno Serrão Mendes; o presidente da Câmara de Vereadores de Santa Helena, Leonardo Lobato; o subsecretário da Casa Civil, Aberlado Teixeira Balluz; o comandante da 2ª Companhia do 10º Batalhão de Polícia Militar, capitão Soares; diretores e servidores do Judiciário estadual.

Andréa Colins

Assessoria de Comunicação do TJMA

A DECISÃO DE TODOS OS DESEMBARGADORES SERÁ O MARCO DA NOVA CARA DA JUSTIÇA NO MARANHÃO : DESVIO BILIONÁRIO DA SAÚDE NA GESTÃO SARNEY/ MURAD/ ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA DE JUIZ SUBSTITUTO CLÉSIO CUNHA/ AUDIÊNCIA DE REINQUIRÇÃO DAS TESTEMUNHAS/ JUNTADA DAS RESPOSTAS DOS RÉUS DETERMINADA PELO JUIZ TITULAR FERNANDO CRUZ/ LIMINAR DO DESEMBARGADOR ANTÔNIO BAYMA PROIBINDO OITIVA DAS TESTEMUNHAS/ NOVAS PROVAS

julho 23, 2017 Cesar Bello Comentários

A "licença poética/ jornalística" dos blogs permite manchete maior que a matéria/ envolvendo as decisões sobre o desvio bilionário na Saúde durante a gestão Roseana Sarney/ Ricardo Murad.

Resultado de imagem para Ricardo Murad chargeResultado de imagem para Roseana Sarney charge

A decisão do juiz substituto Clésio Cunha - o que absolveu Roseana Sarney na 7ª/ 8ª Vara Criminal/ indeferiu a quebra de sigilo/ decidiu pela aprovação do "tabelião Nelma Sarney - seria a cara da Justiça?

Resultado de imagem para clésio cunha nelma sarneyResultado de imagem para clésio cunha nelma sarney

A decisão do juiz titular Fernando Cruz - reinquirir testemunhas/ juntar respostas de réus - liberta a Justiça do Calvário/ da Caveira onde se tem crucificado inocentes/ libertado culpados ?

Resultado de imagem para calvário

O Pleno do TJ-MA - decisão de todos os desembargadores - poderá reformar a decisão embrionária/ umbilical/ monocrática/ liminar do desembargador Bayma/ dando a Justiça nova face.

"NEGO NÃO PIA/ NEGO NÃO PIA " : TENENTE CORONEL CIRO VALENTÃO/ A "REENCARNAÇÃO DO REI DOS HOMENS" ESTÁ SOLTO/ DISPOSTO A EMPURRAR/ DESACATAR QUEM LHE CONTRARIAR

julho 24, 2017 Cesar Bello Comentários

A "cruz" da Polícia Militar ganhou mais um indisciplinado de conduta agressiva. Trata-se do coronel Ciro Nunes Alves da Silva/ que se fosse apenas civil seria alcunhado de "Ciro Valentão"/ a "Reencarnação do Reis dos Homens"/ preso na sexta-feira em frente ao Tribunal de Justiça por agredir com empurrões/ safanões o Procurador Geral do Estado/ o advogado Rodrigo Maia/ sendo enquadrado nos artigos 344/ 144 tipificadores da conduta agressiva/ ofensiva/ conduzido até o Quartel da PM/ onde discutiu com o coronel plantonista.

Resultado de imagem para TENENTE CORONEL CIRO NUNES ALVES DA SILVA

Ciro Nunes da Silva luta pela promoção de tenente coronel para coronel/ acumulando desavenças que o teriam levado as barras da Justiça. As lides contra o Estado do Maranhão seria o motivo da sua presença na porta do Tribunal de Justiça na tarde da sexta-feira(21)/ que culminaram com sua prisão. O motivo da sua prisão fora o revide físico a uma provocação verbal do Procurador Geral do Estado/ o advogado Rodrigo Maia/ que segundo Ciro Nunes teria debochado : "divertindo-se com os processos coronel".

Maia não tem este perfil provocador. Discreto de poucas palavras dificilmente teria feito a provocação epigrafada. Para piorar a situação futura do tenente-coronel o seu próprio relato contradiz a suposta/ imaginada provocação/ posto que Ciro Nunes é quem diz : "tentei conversar com ele/ mas ele não quis". Nunes luta por sua promoção desde 2008/ argumentando antiguidade/ tempo de serviço. Mas isto não lhe dar o direito de empurrar/ aberturar ninguém que seja contrario as suas justas/ ou injustas pretensões.

Tinha um tenente-coronel chamado de Fontenelli que costumava esvaziar os pneus dos carros/ considerando estacionamentos legais/ ilegais por livre arbítrio. Fontinelli que virou samba - "nego não pia/ nego não pia todo mundo enche Fontenelli esvazia - chegou na porta do Tribunal de Justiça esvaziou os pneus dos carros sem placa oficial. Avisado que alguns carros eram dos desembargadores pediu uma bomba de encher pneu/ começou a encher. Patativa passo/ cantou "nego não pia....". O tenente Fontenelli queria prender a saudosa.

Banco do Brasil acionou Nelma Sarney e juiz Sidney no CNJ por condenação de R\$ 19 milhões

24/07/2017 01:19:05

Nelma Sarney e Sidney Ramos: Banco do Brasil os acionou por ter sido condenado a pagar R\$ 19 milhões a um advogado mesmo depois que a sentença havia sido revertida

O Banco do Brasil fez reclamação contra Nelma Sarney e o juiz Sidney Cardoso Ramos alegando situação de extrema gravidade o processo nº 12915/1998 da 4ª Vara Cível de São Luís. Um processo de R\$ 15,9 milhões em indenização a favor do advogado José Carlos Tavares Durans.

Durans era advogado do Banco do Brasil em um caso contra uma empresa de premoldados e teve seu contrato rescindido por, segundo o banco, desvios de conduta. Ele então, exigiu indenização e honorários advocatícios. A primeira sentença (12915/1998) foi em favor do advogado, mas depois um Acórdão de 2001 do Agravo de Instrumento 14987/1998 havia encerrado o caso, pelo não pagamento dos honorários.

Mas cinco anos após a decisão, a 4ª Vara Cível atuou na execução da sentença 12915/1998, decisão que já havia sido reformada.

O curioso é que o já conhecido juiz Clésio Cunha foi o primeiro a ter este processo em mãos, mas se deu por impedido. Em abril de 2015, a desembargadora Nelma Sarney designou o juiz Sidney para o processo. Em junho de 2015, o juiz Reinaldo de Jesus Araújo foi empossado na 4ª Vara Cível e mesmo assim o processo não retornou ao juiz natural, ficando nas mãos de Sidney.

O banco alega que Nelma nem poderia designar o juiz pois era Corregedora-geral à época e não fazia parte da 2ª Câmara Cível do TJ, sendo incompetente para designar o juiz.

A soma dos valores atualizados chegaram a R\$ 19 milhões. No pedido de investigação, a defesa do Banco do Brasil diz que é nula a decisão para pagar o advogado e a portaria assinada por Nelma "que revestiu o primeiro reclamado (juiz Sidney) na jurisdição somente deste processo que envolve cifras milionárias e tramita na Quarta Vara Cível de São Luís, juiz incompetente para apreciar a matéria e com escopo específico de rejeitar a defesa do Banco do Brasil, é igualmente nula".

Além da nulidade das decisões, o banco quer que se abra processo disciplinar para apurar os fatos narrados e a aplicação das sanções cabíveis aos envolvidos.

Tabelião beneficiado por Clésio e Nelma doou para campanha e trabalhou no gabinete de Edilázio Jr.

23/07/2017 15:16:48

Do Blog Marrapá - O tabelião José Mauro Bezerra Arouche, ex-assessor de Nelma Sarney, pivô do processo que a desembargadora responde no Conselho Nacional de Justiça, também foi nomeado no gabinete do deputado estadual Edilázio Júnior, genro da magistrada.

Segundo a denúncia aceita pela ministra Nancy Andrighi, Corregedora Nacional de Justiça, Nelma e o juiz Clésio Cunha Coelho atuaram para favorecer José Mauro Bezerra Arouche na ação (9793/2014) em que ele contesta a reprovação em concurso público para tabelião. A Comissão de concurso o reprovou por não atingir a nota mínima de corte, porém na Justiça garantiu a nomeação.

O vínculo institucional direto entre a desembargadora e José Mauro Bezerra Arouche perdurou por 18 anos, 6 meses e 26 dias, sempre exercendo funções de confiança no Tribunal de Justiça, segundo constatou relatório de denúncia da Associação dos Titulares de Cartório do Maranhão (ACT/MA). Através dessa proximidade, ele também garantiu emprego para a irmã, Marlla Maria Barbosa e seu sobrinho, Rafael Arouche Ferreira.

Em função dessa proximidade, no ano de 2014, José Mauro foi nomeado no gabinete do deputado Edilázio Júnior para exercer o cargo em Comissão Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial, junto à Assembleia Legislativa, até ser exonerado em 01.01.2016, quando conseguiu que fosse outorgada a delegação da serventia extrajudicial de Buriticupu.

O tabelião ainda consta na lista de doadores da campanha de Edilázio em 2010, com a contribuição de R\$ 10 mil.

TENENTE CORONEL DO MARANHÃO É PRESO APÓS DISCUTIR COM PROCURADOR GERAL DO ESTADO

24 de julho de 2017 at 04:10

[Nenhum comentário](#)

[Leandro de Sá](#)

O tenente-coronel da Polícia Militar **Ciro Nunes Alves da Silva** foi preso na sexta-feira (21), decorrência de uma discussão com o procurador geral do Estado do Maranhão, **Rodrigo Maia**.

Em contato telefônico com alguns Blogs da capital, inclusive o Blog do companheiro **Neto Ferreira**, o procurador afirmou que o Tenete-coronel tentou lhe agredir e foi contido pela segurança do Tribunal de Justiça.

“As testemunhas vão confirmar o que eu disse. Tudo isso está na investigação”, disse o procurador geral.

O advogado de defesa do tenente-coronel conta uma outra versão, em especial, totalmente ao contrario do que diz o procurador **Rodrigo Maia**.

Segundo causídico **José Rogério**, o tenente-coronel estava conversando com juiz **Bonfim** quando **Maia** chegou ao local, cumprimentou o magistrado e disse ao militar: **“está se distraindo com os processos?”**.

Ciro teria colocado o dedo no peitoral do procurador e disse: **“Me respeite”**. O tenente-coronel foi preso horas depois.

Os delegados da Polícia Civil colheram alguns depoimentos de testemunhas, inclusive do juiz **Bonfim** que estava na ocasião da discussão

Promoção militar

Há anos lutando pela promoção, o tenente-coronel entrou com ação contra o Estado alegando antiguidade e tenta na justiça reaver seus direitos.

Tenente-coronel da PM-MA é preso após discutir com o procurador do Estado

22/07/2017 00:00:00

O tenente-coronel da Polícia Militar do Maranhão (PM-MA), Ciro Nunes Alves da Silva, foi preso nessa sexta-feira (21) acusado de ter discutido com o procurador-geral do Maranhão, Rodrigo Maia Rocha, em frente ao Tribunal de Justiça (TJ), no Centro.

O procurador declarou que teria sido agredido fisicamente pelo tenente-coronel sendo contido pelos seguranças do Tribunal de Justiça. O caso foi registrado ainda no tribunal e está sendo investigado pela Polícia Civil.

O oficial da corporação militar foi conduzido à sede da Secretaria de Segurança Pública (SSP), na Vila Palmeira, pelo subcomandante-geral da Polícia Militar, coronel Jorge Luongo. Uma equipe de delegados da Superintendência de Combate à Corrupção (Seccor) ouviu o tenente-coronel.

Ele declarou aos policiais civis que estava no Tribunal de Justiça conversando com o juiz de direito Sebastião Bonfim, quando Rodrigo Maia chegou ao local e cumprimentou, no primeiro momento, o magistrado e, logo após, disse ao militar se estava distraído com os processos.

O tenente-coronel informou ainda que teria colocado o dedo no peito do procurador e pediu que o respeitasse. "Daí eu me referi ao mesmo que me respeitasse, que não tocasse mais a mão em mim, que se abracei uma profissão que não por não temer bandido não iria temer a ele" (sic), declarou Ciro Nunes.

Leia nota na íntegra do tenente-coronel:

Senhores e Senhoras Oficiais.

Na oportunidade gostaria de me manifestar que os fatos se deram da seguinte forma. Pela manhã fui tratar de assuntos da coordenação com o Excelentíssimo Presidente do TJ. Após tratar do assunto a minha saída do gabinete do mesmo coincidiu a do Dr Sebastião Bonfim que saímos tratando dos assuntos do PPCG e ficamos concluindo na frente do TJ quando chegou o Dr Rodrigo Maia que cumprimentou o Dr Bonfim e ao sair rumo ao TJ e ao passar por mim deu dois ou três tapas em meu ombro e querendo me intimidar disse: "está se divertindo com os processos Coronel?".

Fiquei estarecido e humilhado com o deboche e intimidação da referida pessoa, momento que em seguida o Dr Bonfim se retirou. Resolvi falar com o dito Procurador e quando o mesmo saiu eu pedi para falar com ele em particular e este se recusou. Daí eu me referi ao mesmo que me respeitasse, que não tocasse mais a mão em mim, que se eu abracei uma profissão que não por não temer a bandido não iria temer a ele e o que ele fez comigo na entrada foi coisa de moleque e o chamei de moleque.

Bem senhores e senhoras, me foi imputado arditamente o Art. 344 c/c 140 parágrafo segundo do CPB quando na verdade quem cometeu foi o Procurador, ou seja, a situação verdadeira é o espelho do que estão me imputando. Pois em nenhum momento eu me citei ou fiz referência a processo, mas quem o fez foi o tal Procurador. Os fatos foram estes. Conforme constam no autos APF.

Quanto as demais questões, adianto-vos que nos autos irei provar e tomar todas as providências necessárias e cabíveis. Ressalto o comportamento probo, moral e ético do Sr Cel Sá e Sr Cel Simplício que em nenhum momento faltaram com a verdade e/ou desrespeito a direito. Fiquem tranquilos que agirei como terei que agir dentro da lei. Tenham a certeza que jamais permitirei humilharem o nosso sagrado uniforme.

*Doravante desligarei meu aparelho celular em virtude de meu recolhimento em respeito às nossas regras.
A justiça será feita!!!
Com honra e humildade!!!*

Ten Cel Ciro.

(Informações do O Estado do Maranhão)

Autoritarismo puro

24/07/2017 08:44:20

Da coluna Estado Maior

O episódio envolvendo a prisão do tenente-coronel Ciro Nunes, da Polícia Militar do Maranhão, é mais um ato a comprovar a marca autoritária do governo Flávio Dino (PCdoB).

O oficial foi preso na sexta-feira, 21, depois de discutir na porta do Tribunal de Justiça do Maranhão com o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.

Esse é o único ponto concordante nos depoimentos dos dois, porque Maia diz que foi agredido com palavras de baixo calão - depois de ter sido abordado pelo PM para tratar de um processo de promoção em que ele figura como requerente - e Nunes, por outro lado, argumenta que foi humilhado pelo procurador antes de reagir.

Versões à parte, o fato é que não houve agressão física de nenhum dos dois lados, embora possa ter havido algum excesso.

Está claro que alguém acusado de injúria ou ameaça, nessas condições, teria que responder judicialmente pelo ato. Mas ser preso?! É de se imaginar o que seria da sociedade se toda discussão terminasse em prisão.

O "crime" do tenente-coronel Ciro Nunes, portanto, foi ter ousado desafiar um agente do governo comunista. E, nele, impera o autoritarismo, o abuso do poder, a imposição pela força, pelo medo.

Janilson

A prisão do tenente-coronel Ciro Nunes fez lembrar o caso do major Janilson Lindoso, de Imperatriz.

Aliado do prefeito Assis Ramos, ele declarou sua posição política ainda na eleição de 2016 e, por isso, teve sua transferência de cidade determinada pelo governo Flávio Dino (PCdoB).

Indignado com a perseguição, excedeu-se na reação e foi preso, mas acabou virando um símbolo da resistência contra o autoritarismo comunista na região ([reveja](#)).

BB acionou Nelma Sarney e juiz Sidney no CNJ por condenação de R\$ 19 milhões

24/07/2017 00:00:00

Banco alega situação de extrema gravidade o processo da 4ª Vara Cível de São Luís

O Banco do Brasil fez reclamação contra Nelma Sarney e o juiz Sidney Cardoso Ramos alegando situação de extrema gravidade o processo nº 12915/1998 da 4ª Vara Cível de São Luís. Um processo de R\$ 15,9 milhões em indenização a favor do advogado José Carlos Tavares Durans. As informações são do jornalista Clodoaldo Correa.

Durans era advogado do Banco do Brasil em um caso contra uma empresa de premoldados e teve seu contrato rescindido por, segundo o banco, desvios de conduta. Ele então, exigiu indenização e honorários advocatícios. A primeira sentença (12915/1998) foi em favor do advogado, mas depois um Acórdão de 2001 do Agravo de Instrumento 14987/1998 havia encerrado o caso, pelo não pagamento dos honorários.

Mas cinco anos após a decisão, a 4ª Vara Cível atuou na execução da sentença 12915/1998, decisão que já havia sido reformada.

O curioso é que o já conhecido juiz Clésio Cunha foi o primeiro a ter este processo em mãos, mas se deu por impedido. Em abril de 2015, a desembargadora Nelma Sarney designou o juiz Sidney para o processo. Em junho de 2015, o juiz Reinaldo de Jesus Araújo foi empossado na 4ª Vara Cível e mesmo assim o processo não retornou ao juiz natural, ficando nas mãos de Sidney.

O banco alega que Nelma nem poderia designar o juiz pois era Corregedora-geral à época e não fazia parte da 2ª Câmara Cível do TJ, sendo incompetente para designar o juiz.

A soma dos valores atualizados chegaram a R\$ 19 milhões. No pedido de investigação, a defesa do Banco do Brasil diz que é nula a decisão para pagar o advogado e a portaria assinada por

Nelma "que revestiu o primeiro reclamado (juiz Sidney) na jurisdição somente deste processo que envolve cifras milionárias e tramita na Quarta Vara Cível de São Luís, juiz incompetente para apreciar a matéria e com escopo específico de rejeitar a defesa do Banco do Brasil, é igualmente nula".

Além da nulidade das decisões, o banco quer que se abra processo disciplinar para apurar os fatos narrados e a aplicação das sanções cabíveis aos envolvidos.

O AUTORITARISMO DE FLÁVIO DINO!

O episódio envolvendo a prisão do tenente-coronel Ciro Nunes, da Polícia Militar do Maranhão, é mais um ato a comprovar a marca autoritária do governo Flávio Dino (PCdoB).

O oficial foi preso na sexta-feira, 21, depois de discutir na porta do Tribunal de Justiça do Maranhão com o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.

Esse é o único ponto concordante nos depoimentos dos dois, porque Maia diz que foi agredido com palavras de baixo calão – depois de ter sido abordado pelo PM para tratar de um processo de promoção em que ele figura como requerente – e Nunes, por outro lado, argumenta que foi humilhado pelo procurador antes de reagir.

Versões à parte, o fato é que não houve agressão física de nenhum dos dois lados, embora possa ter havido algum excesso.

Está claro que alguém acusado de injúria ou ameaça, nessas condições, teria que responder judicialmente pelo ato. Mas ser preso?! É de se imaginar o que seria da sociedade se toda discussão terminasse em prisão.

O “crime” do tenente-coronel Ciro Nunes, portanto, foi ter ousado desafiar um agente do governo comunista. E, nele, impera o autoritarismo, o abuso do poder, a imposição pela força, pelo medo.

Surpresa – A prisão do tenente-coronel Ciro Nunes foi tão arbitrária que surpreendeu até o subcomandante da Polícia Militar do Maranhão, coronel Jorge Luongo.

Ele foi o primeiro a tomar os depoimentos do procurador-geral do Estado e do tenente-coronel, ainda no Comando Geral da PM.

Segundo o oficial, ao ser informado de que o colega precisaria se dirigir à Polícia Civil para depor, ele não imaginava que seria lavrado um auto de prisão em flagrante.

Janilson – A prisão do tenente-coronel Ciro Nunes fez lembrar o caso do major Janilson Lindoso, de Imperatriz.

Aliado do prefeito Assis Ramos, ele declarou sua posição política ainda na eleição de 2016 e, por isso, teve sua transferência de cidade determinada pelo governo Flávio Dino (PCdoB).

Indignado com a perseguição, excedeu-se na reação e foi preso, mas acabou virando um símbolo da resistência contra o autoritarismo comunista na região.

Banco do Brasil acionou Nelma Sarney no CNJ por condenação de R\$ 19 milhões

24/07/2017 15:03:11

Blog do Clodoaldo Correa - O Banco do Brasil fez reclamação contra Nelma Sarney e o juiz Sidney Cardoso Ramos alegando situação de extrema gravidade o processo nº 12915/1998 da 4ª Vara Cível de São Luís. Um processo de R\$ 15,9 milhões em indenização a favor do advogado José Carlos Tavares Durans.

Durans era advogado do Banco do Brasil em um caso contra uma empresa de premoldados e teve seu contrato rescindido por, segundo o banco, desvios de conduta. Ele então, exigiu indenização e honorários advocatícios. A primeira sentença (12915/1998) foi em favor do advogado, mas depois um Acórdão de 2001 do Agravo de Instrumento 14987/1998 havia encerrado o caso, pelo não pagamento dos honorários.

Mas cinco anos após a decisão, a 4ª Vara Cível atuou na execução da sentença 12915/1998, decisão que já havia sido reformada.

O curioso é que o já conhecido juiz Clésio Cunha foi o primeiro a ter este processo em mãos, mas se deu por impedido. Em abril de 2015, a desembargadora Nelma Sarney designou o juiz Sidney para o processo. Em junho de 2015, o juiz Reinaldo de Jesus Araújo foi empossado na 4ª Vara Cível e mesmo assim o processo não retornou ao juiz natural, ficando nas mãos de Sidney.

O banco alega que Nelma nem poderia designar o juiz pois era Corregedora-geral à época e não fazia parte da 2ª Câmara Cível do TJ, sendo incompetente para designar o juiz.

A soma dos valores atualizados chegaram a R\$ 19 milhões. No pedido de investigação, a defesa do Banco do Brasil diz que é nula a decisão para pagar o advogado e a portaria assinada por Nelma "que revestiu o primeiro reclamado (juiz Sidney) na jurisdição somente deste processo que envolve cifras milionárias e tramita na Quarta Vara Cível de São Luís, juiz incompetente para apreciar a matéria e com escopo específico de rejeitar a defesa do Banco do Brasil, é igualmente nula".

Além da nulidade das decisões, o banco quer que se abra processo disciplinar para apurar os fatos narrados e a aplicação das sanções cabíveis aos envolvidos.

Banco do Brasil acionou Nelma Sarney e juiz Sidney no CNJ por condenação de R\$ 19 milhões

24/07/2017 08:30:27

BANCO DO BRASIL ACIONOU NELMA SARNEY E JUIZ SIDNEY NO CNJ POR CONDENAÇÃO DE R\$ 19 MILHÕES

Blog do Clodoaldo - O Banco do Brasil fez reclamação contra Nelma Sarney e o juiz Sidney Cardoso Ramos alegando situação de extrema gravidade o processo nº 12915/1998 da 4ª Vara Cível de São Luís. Um processo de R\$ 15,9 milhões em indenização a favor do advogado José Carlos Tavares Durans.

Durans era advogado do Banco do Brasil em um caso contra uma empresa de premoldados e teve seu contrato rescindido por, segundo o banco, desvios de conduta. Ele então, exigiu indenização e honorários advocatícios. A primeira sentença (12915/1998) foi em favor do advogado, mas depois um Acórdão de 2001 do Agravo de Instrumento 14987/1998 havia encerrado o caso, pelo não pagamento dos honorários.

Mas cinco anos após a decisão, a 4ª Vara Cível atuou na execução da sentença 12915/1998, decisão que já havia sido reformada.

O curioso é que o já conhecido juiz Clésio Cunha foi o primeiro a ter este processo em mãos, mas se deu por impedido. Em abril de 2015, a desembargadora Nelma Sarney designou o juiz Sidney para o processo. Em junho de 2015, o juiz Reinaldo de Jesus Araújo foi empossado na 4ª Vara Cível e mesmo assim o processo não retornou ao juiz natural, ficando nas mãos de Sidney.

O banco alega que Nelma nem poderia designar o juiz pois era Corregedora-geral à época e não fazia parte da 2ª Câmara Cível do TJ, sendo incompetente para designar o juiz.

A soma dos valores atualizados chegaram a R\$ 19 milhões. No pedido de investigação, a defesa do Banco do Brasil diz que é nula a decisão para pagar o advogado e a portaria assinada por Nelma “que revestiu o primeiro reclamado (juiz Sidney) na jurisdição somente deste processo que envolve cifras milionárias e tramita na Quarta Vara Cível de São Luís, juiz incompetente para apreciar a matéria e com escopo específico de rejeitar a defesa do Banco do Brasil, é igualmente nula”.

Além da nulidade das decisões, o banco quer que se abra processo disciplinar para apurar os fatos narrados e a aplicação das sanções cabíveis aos envolvidos.

COMPARTILHE ISSO:

Inauguração: Comarca do Município de Santa Helena tem novo Fórum

O novo prédio da Justiça em Santa Helena leva o nome do saudoso desembargador José Antônio Almeida Silva, magistrado com uma trajetória marcante no Poder Judiciário. Durante a solenidade, o desembargador Cleones Cunha destacou a satisfação em inaugurar uma sede almejada pelos servidores e pela população. *“É sempre uma alegria entregar um Fórum porque a comunidade merece ser bem recebida. O juiz e os servidores merecem ter um lugar digno para o trabalho. Agora, é continuar o compromisso de servir e tratar bem a todos que buscam a Justiça”,* ressaltou.

Sobre o desembargador José Antônio Almeida Silva, o presidente do TJMA falou do homenageado como um grande magistrado, com quem conviveu e trabalhou no início de sua carreira. *“É uma homenagem justa e devida a um homem que teve uma conduta ética e marcante por onde atuou. É uma forma de reconhecer as grandes virtudes de um magistrado que muito contribuiu para a Justiça em nosso Estado. O que eu aprendi com ele nunca esquecerei”,* declarou.

Há dois anos exercendo as funções judicantes como diretora do Fórum da Comarca, a juíza Cynara Elisa Gama Freire justificou o agradecimento especial aos servidores por terem se esforçado, diuturnamente, para atender bem as partes e advogados nos cerca de 8 mil processos em trâmite na Comarca.

Sobre a entrega do novo Fórum, a magistrada referiu-se como um desejo esperado. *“É um sonho acalentado por todos os juízes que por aqui passaram e que eu tenho a honra de inaugurar, assim como o Fórum eleitoral. Reafirmo o compromisso de trabalhar com afinco e dedicação acompanhada por esta valorosa equipe”,* acrescentou.

O procurador-geral da Justiça, Luís Gonzaga Martins Coelho, parabenizou o Tribunal de Justiça por presentear a população com um novo Fórum e pela homenagem ao desembargador José Antonio Almeida Silva. *“Ele era um homem à frente do seu tempo. O Judiciário faz um importante reconhecimento de gratidão a esse grande magistrado”,* asseverou.

O prefeito de Santa Helena, Zezildo Almeida Júnior, afirmou que a comunidade helenense está satisfeita com o novo prédio da Comarca. *“É um momento especial para os cidadãos de Santa Helena e de Turilândia, que terão um acesso facilitado à Justiça”,* frisou.

HOMENAGEM – Na presença dos filhos, netos e bisnetas, a esposa do desembargador homenageado, Elimar Figueiredo de Almeida Silva – procuradora-geral de Justiça no Maranhão aposentada – demonstrou felicidade e gratidão pela homenagem especial prestada pelo Tribunal de Justiça. *“Procurei buscar, na minha memória, algo que dissesse da história desse homem como juiz e que o fez merecedor de tamanha honraria”,* revelou num discurso emocionado em que relatou a vida do marido desde os tempos da faculdade de Direito.

A ex-procuradora destacou momentos importantes na carreira do esposo, que dedicou 43 anos de sua vida à magistratura, dos quais 29 foram no Tribunal de Justiça do Maranhão. *“Apesar das funções que exerceu, das lutas que enfrentou, de suas conquistas e vitórias, jamais deixou de ser aquele homem afável e simples, cujo sorriso para nós, sua família, iluminava o mundo. Que nesta Casa, se encontre sempre a presença da Justiça, repositório maior da esperança dos cidadãos”,* realçou.

O advogado José Antônio Almeida, filho do desembargador homenageado, agradeceu o reconhecimento dizendo que para a família o gesto tem um especial encanto: *“Helenas são todas as minhas irmãs. Era o nome favorito do nosso pai. Estamos orgulhosos de que ele esteja vinculado a este Fórum e a esta cidade”,* frisou.

A nova sede da Biblioteca do Tribunal de Justiça, inaugurada em 29 de novembro de 2016, também ganhou o nome de “Desembargador José Antonio de Almeida Silva”, homenageando um dos magistrados de maior

relevância para a Justiça no Maranhão.

BIOGRAFIA – José Antônio de Almeida Silva era natural de São Luís, tendo nascido em 15 de julho de 1928. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Luís. Iniciou a carreira na Magistratura em 23 de agosto de 1955, na Comarca de Imperatriz. Atuou como juiz, também, nas comarcas de Balsas, Cururupu, Alto Parnaíba e Pinheiro.

Em 1966, foi eleito juiz do Tribunal Regional Eleitoral e promovido para a Comarca de Caxias no mesmo ano. Em 1968, foi promovido, por merecimento, para São Luís. No Tribunal de Justiça do Maranhão, tornou-se desembargador em 1969. Foi corregedor-geral da Justiça no biênio 1979-1980 e eleito presidente da Corte em 1981.

Como desembargador do TRE-MA, foi presidente da Corte por dois biênios consecutivos (1974-1976 e 1976-1978), ocupando também os cargos de vice-presidente e corregedor. No exercício da magistratura preocupou-se com a melhoria do orçamento do Tribunal de Justiça. Reiniciou a publicação da Revista de Jurisprudência do TJMA. Foi membro da Comissão de Elaboração do Anteprojeto da Constituição de 1967. Faleceu no dia 15 de outubro de 2016, aos 88 anos.

COMARCA – De entrância intermediária, a Comarca de Santa Helena tem mais de 41.416 mil habitantes e integra o polo de Pinheiro, na Baixada Maranhense. Possui como Termo Judiciário o Município de Turilândia.

Mais informações em <http://www.joaocostagnf.com/2017/07/inauguracao-comarca-do-municipio-de.html>

No lugar da promoção, a prisão, e agora a liberdade

Política 23-07-2017 às 11:12

Lutando há alguns anos para ganhar a promoção devida e conquistar o merecido posto de coronel fechado, o militar **Ciro Gomes, que é tenente-coronel, obteve como prêmio a prisão por supostamente ter agredido com palavras o procurador Geral do Estado, **Rodrigo Maia**. Hoje, Gomes será colocado em liberdade por um habeas corpus da juíza **Joelma Santos**.**

Leia abaixo o esclarecimento feito pelo tenente-coronel:

Senhores e Senhoras Oficiais.

Na oportunidade gostaria de me manifestar que os fatos se deram da seguinte forma. Pela manhã fui tratar de assuntos da coordenação com o Excelentíssimo Presidente do TJ. Após tratar do assunto a minha saída do gabinete do mesmo coincidiu a do Dr Sebastião Bonfim que saímos tratando dos assuntos do PPCG e ficamos concluindo na frente do TJ quando chegou o Dr Rodrigo Maia que cumprimentou o Dr Bonfim e ao sair rumo ao TJ e ao passar por mim deu dois ou três tapas em meu ombro e querendo me intimidar disse: “está se divertindo com os processos Coronel?”. Fiquei estarecido e humilhado com o deboche e intimidação da referida pessoa, momento que em seguida o Dr Bonfim se retirou. Resolvi falar com o dito Procurador e quando o mesmo saiu eu pedi para falar com ele em particular e este se recusou. Daí eu me referi ao mesmo que me respeitasse, que não tocasse mais a mão em mim, que se eu abracei uma profissão que não por não temer a bandido não iria temer a ele e o que ele fez comigo na entrada foi coisa de moleque e o chamei de moleque. Bem senhores e senhoras, me foi imputado arditosamente o Art. 344 c/c 140 parágrafo segundo do CPB quando na verdade quem cometeu foi o Procurador, ou seja, a situação verdadeira é o espelho do que estão me imputando. Pois em nenhum momento eu me citei ou fiz referência a processo, mas quem o fez foi o tal Procurador. Os fatos foram estes. Conforme constam no autos APF. Quanto as demais questões, adianto-vos que nos autos irei provar e tomar todas as providencias necessárias e cabíveis. Ressalto o comportamento probo, moral e ético do Sr Cel Sá e Sr Cel Simplício que em nenhum momento faltaram com a verdade e/ou desrespeito a direito. Fiquem tranquilos que agirei como terei que agir dentro da lei. Tenham a certeza que jamais permitirei humilharem o nosso sagrado uniforme. Doravante desligarei meu aparelho celular em virtude de meu recolhimento em respeito às nossas regras.

A justiça será feita!!!

Com honra e humildade!!!

*Ten Cel **Ciro**.*

Hospital é condenado por morte de recém-nascido em Bacabal

Por **Luís Pablo** 23-07-2017 às 08:00 **Política**

Hospital Veloso Costa , em Bacabal

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) condenou o Hospital Veloso Costa a pagar indenização de R\$ 30 mil à mãe de uma criança que morreu pouco depois de nascer prematura, necessitando de acomodação em incubadora, equipamento que a instituição de saúde não dispunha em funcionamento em setembro de 2008, em Bacabal.

Os desembargadores mantiveram essa parte da sentença de primeira instância, mas absolveram os dois médicos que também haviam sido condenados pela Justiça de 1º grau. Os magistrados entenderam que não houve comprovação de erro médico na situação.

A mãe da criança disse que, na noite de 17 de setembro de 2008, deu entrada no hospital, em trabalho de parto, tendo dado à luz uma menina, por volta de 1h da madrugada. Contou ter sido informada pelos médicos que a criança era prematura e apresentava falta de oxigênio cerebral.

Pelo fato de o hospital não dispor de incubadora em funcionamento, à época, os médicos solicitaram o Serviço Médico de Urgência (SAMU), que não teria atendido ao chamado, e a criança morreu.

O Juízo da 2ª Vara da Comarca de Coroatá julgou procedentes os pedidos, condenou o médico que fez o pré-natal, o que realizou o parto e o hospital a pagarem R\$ 90 mil à mãe do bebê, a título de indenização por danos morais.

O hospital e os dois profissionais de saúde recorreram ao TJMA. Os médicos alegaram que não houve comprovação de negligência da parte deles. A instituição de saúde argumentou que os problemas apresentados pelo bebê não decorreram dos procedimentos empregados pelo hospital, acrescentando que a paciente e sua filha receberam atendimento adequado, dentro das possibilidades.

O relator, desembargador Raimundo Barros, destacou que a responsabilidade do médico é subjetiva, sendo imprescindível a configuração de conduta culposa atribuída ao profissional, para que surja seu dever de responder por eventual dano ocorrido.

Barros disse que não existem provas nos autos que apontem que a morte da criança decorreu de erro, negligência ou imperícia médica, afastando a responsabilidade tanto do médico que fez o pré-natal, quanto do

que realizou o parto. Destacou que o parto foi realizado sem qualquer intercorrência, e não consta informação de que a criança tenha nascido com qualquer deformidade ou doença preexistente, passíveis de identificação durante o pré-natal.

Por outro lado, o relator entendeu que a responsabilidade do hospital, analisada sob o Código de Defesa do Consumidor (CDC), ficou devidamente configurada, sendo caso de responsabilidade objetiva. Ressaltou ser fato incontroverso que o parto foi realizado nas dependências do hospital e que a criança nasceu com “falta de oxigênio cerebral”, necessitando, portanto, segundo orientação médica, de acomodação em incubadora.

Para o desembargador, não resta dúvida de que o hospital dever ser responsabilizado pela falha na prestação dos serviços, ainda mais que, sendo uma casa de saúde, que prestava serviço de obstetrícia, com realização de partos, deveria dispor dos insumos e equipamentos necessários ao seu funcionamento, sendo a incubadora instrumento imprescindível.

O relator argumentou que a alegação do hospital, de que a paciente tinha pleno conhecimento de suas condições técnicas, que não possuía serviços de urgência, caso fosse necessário, e que a única incubadora existente estava desativada, não exclui sua responsabilidade, pois não pode atribuir aos seus pacientes o ônus da precariedade de sua estrutura e atividade empresarial, principalmente considerando que pertence à rede privada.

Raimundo Barros considerou que o valor de R\$ 30 mil, fixado para pagamento por parte do hospital, atende aos parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade, sendo suficiente para produzir um impacto no causador do dano, a fim de dissuadi-lo a praticar novas condutas como as descritas nos autos.

Destacou que os transtornos e/ou perturbações suportados pela apelada, que perdeu seu recém-nascido, exorbitam a normalidade de modo incontestável, sendo, inclusive, irreparável e impagável. Contudo, entendeu que a indenização deve ser mantida como caráter punitivo e pedagógico no causador do dano.

O relator concordou com as apelações dos médicos, para retirar as condenações contra eles, mas manteve a condenação fixada contra o hospital.

Os desembargadores José de Ribamar Castro e Ricardo Duailibe acompanharam o voto do relator.

Governo Flávio Dino em plena ação contra Nelma Sarney?

24/07/2017 14:00:56

Disposto a impedir, ainda que na marra, sua chegada ao comando do Tribunal de Justiça, comunistas desencadeiam uma verdadeira guerra na mídia alinhada contra a desembargadora

Flávio Dino quer o TJ mais alinhado ao seu projeto de poder, por isso veta Nelma Sarney ao comando do Pleno

O bombardeio midiático contra a desembargadora Nelma Sarney se intensificou nas última semanas.

São releases que saem prontos para publicação - como se fossem autorais - em blogs e jornais vinculados ao Palácio dos Leões.

As digitais nos textos, todos iguais, ficam claras quanto ao objetivo: impedir que a desembargadora seja eleita pelos seus pares presidente do Tribunal de Justiça. [\(Veja aqui, aqui, e aqui\)](#)

O curioso é que o governo Flávio Dino (PCdoB) conta com apoio de gente do próprio Judiciário nessa empreitada.

A eleição para o comando do Tribunal de Justiça ocorre em outubro e, pela tradição, disputam o cargo apenas os desembargadores com mais tempo de casa, dentre os que ainda não tenham sido presidentes.

Nelma tem o maior tempo de TJ dentre os com maior tempo de Casa e, por esta tradição, assumiria naturalmente o posto de comando no Judiciário. [\(Saiba mais aqui\)](#)

Mas o governo Flávio Dino não cogita esta possibilidade e atua, desde o ano passado, para que a tradição seja quebrada e assuma um desembargador mais palatável aos interesses do Palácio.

E para atingir seu intento, é fundamental desgastar a imagem da desembargadora.

Como vem ocorrendo na mídia palaciana há pelo menos duas semanas...

Banco do Brasil acionou Nelma Sarney no CNJ por condenação de R\$ 19 milhões

24/07/2017 09:58:35

Blog do Clodoaldo Correa

O Banco do Brasil fez reclamação contra Nelma Sarney e o juiz Sidney Cardoso Ramos alegando situação de extrema gravidade o processo nº 12915/1998 da 4ª Vara Cível de São Luís. Um processo de R\$ 15,9 milhões em indenização a favor do advogado José Carlos Tavares Durans.

Durans era advogado do Banco do Brasil em um caso contra uma empresa de premoldados e teve seu contrato rescindido por, segundo o banco, desvios de conduta. Ele então, exigiu indenização e honorários advocatícios. A primeira sentença (12915/1998) foi em favor do advogado, mas depois um Acórdão de 2001 do Agravo de Instrumento 14987/1998 havia encerrado o caso, pelo não pagamento dos honorários.

Mas cinco anos após a decisão, a 4ª Vara Cível atuou na execução da sentença 12915/1998, decisão que já havia sido reformada.

O curioso é que o já conhecido juiz Clésio Cunha foi o primeiro a ter este processo em mãos, mas se deu por impedido. Em abril de 2015, a desembargadora Nelma Sarney designou o juiz Sidney para o processo. Em junho de 2015, o juiz Reinaldo de Jesus Araújo foi empossado na 4ª Vara Cível e mesmo assim o processo não retornou ao juiz natural, ficando nas mãos de Sidney.

O banco alega que Nelma nem poderia designar o juiz pois era Corregedora-geral à época e não fazia parte da 2ª Câmara Cível do TJ, sendo incompetente para designar o juiz.

A soma dos valores atualizados chegaram a R\$ 19 milhões. No pedido de investigação, a defesa do Banco do Brasil diz que é nula a decisão para pagar o advogado e a portaria assinada por Nelma "que revestiu o primeiro reclamado (juiz Sidney) na jurisdição somente deste processo que envolve cifras milionárias e tramita na Quarta Vara Cível de São Luís, juiz incompetente para apreciar a matéria e com escopo específico de rejeitar a defesa do Banco do Brasil, é igualmente nula".

Além da nulidade das decisões, o banco quer que se abra processo disciplinar para apurar os fatos narrados e a aplicação das sanções cabíveis aos envolvidos.

STF garante a moralidade pública e determina que o TCE volte a fiscalizar contratos irregulares com escritórios de advocacia no MA

24/07/2017 08:00:36

Apesar de não estar claro sobre como acabará toda essa questão, o certo é que gestores públicos responsáveis e os fiscais da lei fazem brotar a esperança de que não prevalecerá aventura e desperdício com dinheiro público, mas sim o real interesse da coletividade.

Cármem autoriza TCE a fiscalizar contrato de advocacia com 104 municípios do MA.

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministra Cármem Lúcia, suspendeu, na última quinta-feira, 20, decisão de desembargadora Nelma Sarney, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), na parte em que a magistrada obstruiu a atuação do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) na fiscalização dos contratos firmados com inexigibilidade de licitação, entre 104 municípios maranhenses e um escritório de advocacia. Na decisão tomada na Suspensão de Segurança (SS) 5182, a ministra autoriza a continuidade da prestação dos serviços contratados, no entanto ressalva que o pagamento de honorários ao escritório fica condicionada à conclusão da análise da validade dos contratos.

De acordo com os autos, o escritório foi contratado pelas 104 prefeituras para acompanhar ações ajuizadas que buscam o ressarcimento aos municípios de diferenças decorrentes de repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) por parte da União. Os contratos foram questionados junto ao TCE-MA pelo Ministério Público de Contas do Maranhão sob a alegação de "gravíssimas irregularidades nos procedimentos de inexigibilidade de licitação". As representações do MP de Contas foram acompanhadas de notas técnicas da Controladoria-Geral da União apontando irregularidades nas contratações. Assim, no âmbito dos processos administrativos instaurados, o TCE-MA deferiu cautelares para suspender a validade dos contratos.

A ministra Cármem Lucia explicou que o tribunal de contas, no exercício do poder geral de cautela, pode determinar medidas, em caráter precário, que assegurem o resultado final dos processos administrativos sob sua responsabilidade.

Ao deferir parcialmente o pedido de suspensão de segurança, Carmen Lúcia assegura que o Tribunal de Contas maranhense deverá seguir no desempenho de suas atribuições constitucionais.

Diante da Decisão do Supremo Tribuna Federal (STF), os municípios maranhenses acataram o posicionamento

da suprema corte juntamente com a recomendação do Tribunal de Contas do Estado/MA.

Situação dos municípios maranhenses

Os municípios maranhenses iniciaram uma corrida para corrigir as ilegalidades rescindindo seus contratos com este escritório, receosos de sofrerem ações de improbidade administrativa.

Isso porque antes mesmo de se resolver toda a controvérsia, o que parecia distante de se imaginar começa a acontecer. De ofício, os Gestores passaram a proceder à anulação dos procedimentos irregulares para, agora, contratar escritórios mediante licitação pública, passando a considerar, para a escolha, tanto o Preço quanto a Técnica para os serviços propostos (quesitos objetivos).

É o caso, por exemplo, dos municípios que reconheceram a decisão e anularam seus contratos irregulares: **Arame, São Raimundo do Doca Bezerra, Bacabal, Pio XII, Esperantinópolis, São Domingos do Maranhão, Loreto, Davinópolis, Imperatriz, Lima Campos e Fernando Falcão**, que, ouvindo os anseios sociais, vão ao encontro daquela moralização tão veementemente buscada pelos Órgãos de Controle Estaduais maranhenses.

No mesmo caminho, o Ministério Público do Estado do Maranhão resolveu atuar de forma efetiva em relação a cada uma das irregularidades encontradas. Já são pelo menos 15 Recomendações formais dirigidas aos Municípios Maranhenses, para desfazer as contratações ilegais, entre os quais: Açailândia, Aldeia Alta, Alto Parnaíba, Bela Vista do Maranhão, Benedito Leite, Caxias, Codó, Davinópolis, Esperantinópolis, Grajaú, Imperatriz, Lago da Pedra, Santa Inês, São Domingos do Azeitão e São João Sóter).

Ministério Público de olho

E a luta pela moralidade administrativa não para por aí.

Após ter dado todas as chances aos infratores de repararem o seus atos ilegais, o Ministério Público começa a buscar a responsabilização, perante a Justiça, dos que ignoram as recomendações e orientações das Autoridades fiscalizadoras.

É o caso do que ocorreu com o Município de Lagoa do Mato, **cujo prefeito é agora Réu em Ação Civil Pública movida contra ele e contra os representantes do escritório contratado de forma irregular (no caso, a JOÃO AZEDO E BRASILEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS)**. Nesse caso, já não se busca apenas desfazer a relação contratual, mas também punir os envolvidos com os rigores da lei.

Apesar de não estar claro sobre como acabará toda essa questão, o certo é que gestores públicos responsáveis e os fiscais da lei fazem brotar a esperança de que não prevalecerá aventura e desperdício com dinheiro público, mas sim o real interesse da coletividade.

A moralidade e a transparência públicas agradecem.

Confira a [LISTA DOS MUNICÍPIOS](#) com os respectivos valores dos contratos e escritórios contratados.

(Com informações do [site](#) do STF)

Autoritarismo puro

24/07/2017 09:17:43

O episódio envolvendo a prisão do tenente-coronel Ciro Nunes, da Polícia Militar do Maranhão, é mais um ato a comprovar a marca autoritária do governo Flávio Dino (PCdoB).

O oficial foi preso na sexta-feira, 21, depois de discutir na porta do Tribunal de Justiça do Maranhão com o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.

Esse é o único ponto concordante nos depoimentos dos dois, porque Maia diz que foi agredido com palavras de baixo calão - depois de ter sido abordado pelo PM para tratar de um processo de promoção em que ele figura como requerente - e Nunes, por outro lado, argumenta que foi humilhado pelo procurador antes de reagir.

Versões à parte, o fato é que não houve agressão física de nenhum dos dois lados, embora possa ter havido algum excesso.

Está claro que alguém acusado de injúria ou ameaça, nessas condições, teria que responder judicialmente pelo ato. Mas ser preso?! É de se imaginar o que seria da sociedade se toda discussão terminasse em prisão.

O "crime" do tenente-coronel Ciro Nunes, portanto, foi ter ousado desafiar um agente do governo comunista. E, nele, impera o autoritarismo, o abuso do poder, a imposição pela força, pelo medo.

Da coluna Estado Maior, de O Estado do Maranhão

COISAS DOS SARNEY! Favorecido com decisão de Clésio Cunha, amigo de Nelma também trabalhou e doou para Edilázio

24/07/2017 06:38:35

O tabelião José Mauro Bezerra Arouche, ex-assessor e "amigo íntimo" de Nelma Sarney, pivô do processo que a desembargadora responde no Conselho Nacional de Justiça, também foi nomeado no gabinete do deputado estadual Edilázio Júnior, genro da magistrada.

Segundo a denúncia aceita pela ministra Nancy Andrighi, Corregedora Nacional de Justiça, Nelma e o juiz Clésio Cunha Coelho atuaram para favorecer José Mauro Bezerra Arouche na ação (9793/2014) em que ele contesta a reprovação em concurso público para tabelião. A Comissão de concurso o reprovou por não atingir a nota mínima de corte, porém na Justiça garantiu a nomeação.

O vínculo institucional direto entre a desembargadora e José Mauro Bezerra Arouche perdurou por 18 anos, 6 meses e 26 dias, sempre exercendo funções de confiança no Tribunal de Justiça, segundo constatou relatório de denuncia da Associação dos Titulares de Cartório do Maranhão (ACT/MA). Através dessa proximidade, ele também garantiu emprego para a irmã, Marlla Maria Barbosa e seu sobrinho, Rafael Arouche Ferreira.

Em função dessa proximidade, no ano de 2014, José Mauro foi nomeado no gabinete do deputado Edilázio Júnior para exercer o cargo em Comissão Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial, junto à Assembleia Legislativa, até ser exonerado em 01.01.2016, quando conseguiu que fosse outorgada a delegação da serventia extrajudicial de Buriticupu.

O tabelião ainda consta na lista de doadores da campanha de Edilázio em 2010, com a contribuição de R\$ 10 mil.

Do Marrapá

Autoritarismo puro

24/07/2017 07:00:24

O episódio envolvendo a prisão do tenente-coronel Ciro Nunes, da Polícia Militar do Maranhão, é mais um ato a comprovar a marca autoritária do governo Flávio Dino (PCdoB).

O oficial foi preso na sexta-feira, 21, depois de discutir na porta do Tribunal de Justiça do Maranhão com o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.

Esse é o único ponto concordante nos depoimentos dos dois, porque Maia diz que foi agredido com palavras de baixo calão - depois de ter sido abordado pelo PM para tratar de um processo de promoção em que ele figura como requerente - e Nunes, por outro lado, argumenta que foi humilhado pelo procurador antes de reagir.

Versões à parte, o fato é que não houve agressão física de nenhum dos dois lados, embora possa ter havido algum excesso.

Está claro que alguém acusado de injúria ou ameaça, nessas condições, teria que responder judicialmente pelo ato. Mas ser preso?! É de se imaginar o que seria da sociedade se toda discussão terminasse em prisão.

O "crime" do tenente-coronel Ciro Nunes, portanto, foi ter ousado desafiar um agente do governo comunista. E, nele, impera o autoritarismo, o abuso do poder, a imposição pela força, pelo medo.

Surpresa

A prisão do tenente-coronel Ciro Nunes foi tão arbitrária que surpreendeu até o subcomandante da Polícia Militar do Maranhão, coronel Jorge Luongo.

Ele foi o primeiro a tomar os depoimentos do procurador-geral do Estado e do tenente-coronel, ainda no Comando Geral da PM.

Segundo o oficial, ao ser informado de que o colega precisaria se dirigir à Polícia Civil para depor, ele não imaginava que seria lavrado um auto de prisão em flagrante.

Janilson

A prisão do tenente-coronel Ciro Nunes fez lembrar o caso do major Janilson Lindoso, de Imperatriz.

Aliado do prefeito Assis Ramos, ele declarou sua posição política ainda na eleição de 2016 e, por isso, teve sua transferência de cidade determinada pelo governo Flávio Dino (PCdoB).

Indignado com a perseguição, excedeu-se na reação e foi preso, mas acabou virando um símbolo da resistência contra o autoritarismo comunista na região.

[Estado Maior/ O Estado](#)

O post [Autoritarismo puro](#) apareceu primeiro em [Zeca Soares](#).

Prefeito Alberto Magno participou da inauguração do fórum de Justiça em Santa Helena.

Acaba de ser inaugurado em Santa Helena o Fórum Desembargador Almeida Silva, o nome homenageia o grande desembargador José Antônio de Almeida e Silva, que nasceu em São Luís em 15 de Junho de 1928.

Na linda e emocionante inauguração estiveram presentes o Desembargador Cleones Carvalho Cunha (Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão), Luís Gonzaga (Procurador Geral), Dra. Cynara Eliza Gama Freire (Diretora do Fórum e Juíza Titular de Santa Helena), Emanuel Guterres (Procurador da Comarca de Santa Helena), o Juiz Dr. José Ribamar Santos Vaz, Dra. Tereza Cristina (Juíza da comarca de Pinheiro), Zezildo Almeida (Prefeito do município de Santa Helena), Alberto Magno (Prefeito do município de Turilândia), Capitão Soares (Cap. da 2º Cia do 10º Batalhão de Polícia Militar de Pinheiro-), Vereadores e demais autoridades da região.

Em entrevista ao Blog Gleicy Ferreira, a Procuradora de Justiça aposentada e viúva do Desembargador Almeida Silva, ao ser indagada sobre quem foi para ela o Senhor Almeida, respondeu com humor e emoção: “Em primeiro lugar, meu marido (risos) , mas foi para mim um grande homem, um grande magistrado, um Juiz que honrou o seu trabalho e para nós da família é motivo de muito orgulho até hoje, e nós procuramos seguir os seus exemplos, não só como magistrado, mas como pai de família. Para nossa família é um orgulho o dia de hoje ele está sendo homenageando neste fórum e nesta cidade que é considerada a pérola do Turi.” Elimar Figueiredo de Almeida Silva.

Durante o cerimonial um misto de saudade e respeito pelo homem que dedicou toda a sua vida a justiça de forma honrada e inabalável, emoções que marcaram a inauguração do fórum e que marca também a vida da Juíza Titular de Santa Helena, que é pé quente quando se fala de melhorias para a sociedade em geral: “ Um dia importantíssimo para todo o judiciário , para a sociedade de Santa Helena e Turilândia, especialmente para mim que vou ter a honra de inaugurar esse Fórum, todos os juízes que passaram por aqui sonharam com isso, eu estou tendo a sorte de inaugurar, assim como inaugurei o Eleitoral, é com muita honra que estou aqui hoje e tenho certeza que Santa Helena só tem a ganhar.” Juíza Cynara Eliza Gama Freira.

Para o Presente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, o dia hoje é especial e a região do Turi, só terá benefícios com esta inauguração tão esperada. O prefeito de Santa Helena, Zezildo Almeida prestigiou o evento que contou também com a presença da população.

Um ambiente com quase 600 m², com salas amplas, confortáveis, equipadas e com mão de obra, tudo para ajudar no desenrolar dos processos, para descongestionar o judiciário e melhorar a vida daqueles que buscam na justiça, a verdadeira justiça.

UM POUCO DA LINDA TRAJETÓRIA DE VIDA DO DESEMBARGADOR ALMEIDA SILVA

Nasceu em São Luís em 15 de Junho de 1928, filho de Joaquim Pedro da Silva e Francisca da Conceição Almeida e Silva.

Cursou o primário, ginásio e científico no Colégio São Luís (1937 a 1947) e graduou-se em Direito pela faculdade de Direito de São Luís, Juiz de Direito em 1995, atuando em várias comarcas, foi corredor Geral da Justiça (1980/1981)e

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão em (1981/1982) . No tribunal Regional Eleitoral, integrou a corte como Juiz e desembargador, exercendo o cargo de corregedor, vice-presidente e presidente.

Fonte <http://www.gleicyferreira.com.br/> Gleicy Ferreira

Inauguração: Comarca do Município de Santa Helena tem novo Fórum

24/07/2017 às 08:13 em [Justiça](#)

O novo prédio da Justiça em Santa Helena leva o nome do saudoso desembargador José Antônio Almeida Silva, magistrado com uma trajetória marcante no Poder Judiciário.

Durante a solenidade, o desembargador Cleones Cunha destacou a satisfação em inaugurar uma sede almejada pelos servidores e pela população. *“É sempre uma alegria entregar um Fórum porque a comunidade merece ser bem recebida. O juiz e os servidores merecem ter um lugar digno para o trabalho. Agora, é continuar o compromisso de servir e tratar bem a todos que buscam a Justiça”,* ressaltou.

Sobre o desembargador José Antônio Almeida Silva, o presidente do TJMA falou do homenageado como um grande magistrado, com quem conviveu e trabalhou no início de sua carreira. *“É uma homenagem justa e devida a um homem que teve uma conduta ética e marcante por onde atuou. É uma forma de reconhecer as grandes virtudes de um magistrado que muito contribuiu para a Justiça em nosso Estado. O que eu aprendi com ele nunca esquecerei”,* declarou.

Há dois anos exercendo as funções judicantes como diretora do Fórum da Comarca, a juíza Cynara Elisa Gama Freire justificou o agradecimento especial aos servidores por terem se esforçado, diuturnamente, para atender bem as partes e advogados nos cerca de 8 mil processos em trâmite na Comarca.

Sobre a entrega do novo Fórum, a magistrada referiu-se como um desejo esperado. *“É um sonho acalentado por todos os juízes que por aqui passaram e que eu tenho a honra de inaugurar, assim como o Fórum eleitoral. Reafirmo o compromisso de trabalhar com afinco e dedicação acompanhada por esta valorosa equipe”,* acrescentou.

O procurador-geral da Justiça, Luís Gonzaga Martins Coelho, parabenizou o Tribunal de Justiça por presentear a população com um novo Fórum e pela homenagem ao desembargador José Antonio Almeida Silva. *“Ele era um homem à frente do seu tempo. O Judiciário faz um importante reconhecimento de gratidão a esse grande magistrado”,* asseverou.

O prefeito de Santa Helena, Zezildo Almeida Júnior, afirmou que a comunidade helenense está satisfeita com o novo prédio da Comarca. *“É um momento especial para os cidadãos de Santa Helena e de Turilândia, que terão um acesso facilitado à Justiça”,* frisou.

HOMENAGEM - Na presença dos filhos, netos e bisnetas, a esposa do desembargador homenageado, Elimar Figueiredo de Almeida Silva - procuradora-geral de Justiça no Maranhão aposentada - demonstrou felicidade e gratidão pela homenagem especial prestada pelo Tribunal de Justiça. *“Procurei buscar, na minha memória, algo que dissesse da história desse homem como juiz e que o fez merecedor de tamanha honraria”,* revelou num discurso emocionado em que relatou a vida do marido desde os tempos da faculdade de Direito.

A ex-procuradora destacou momentos importantes na carreira do esposo, que dedicou 43 anos de sua vida à magistratura, dos quais 29 foram no Tribunal de Justiça do Maranhão. *“Apesar das funções que exerceu, das lutas que*

enfrentou, de suas conquistas e vitórias, jamais deixou de ser aquele homem afável e simples, cujo sorriso para nós, sua família, iluminava o mundo. Que nesta Casa, se encontre sempre a presença da Justiça, repositório maior da esperança dos cidadãos”,realçou.

O advogado José Antônio Almeida, filho do desembargador homenageado, agradeceu o reconhecimento dizendo que para a família o gesto tem um especial encanto: *“Helenas são todas as minhas irmãs. Era o nome favorito do nosso pai. Estamos orgulhosos de que ele esteja vinculado a este Fórum e a esta cidade”,* frisou.

A nova sede da Biblioteca do Tribunal de Justiça, inaugurada em 29 de novembro de 2016, também ganhou o nome de “Desembargador José Antonio de Almeida Silva”, homenageando um dos magistrados de maior relevância para a Justiça no Maranhão.

BIOGRAFIA – José Antônio de Almeida Silva era natural de São Luís, tendo nascido em 15 de julho de 1928. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Luís. Iniciou a carreira na Magistratura em 23 de agosto de 1955, na Comarca de Imperatriz. Atuou como juiz, também, nas comarcas de Balsas, Cururupu, Alto Parnaíba e Pinheiro.

Em 1966, foi eleito juiz do Tribunal Regional Eleitoral e promovido para a Comarca de Caxias no mesmo ano. Em 1968, foi promovido, por merecimento, para São Luís. No Tribunal de Justiça do Maranhão, tornou-se desembargador em 1969. Foi corregedor-geral da Justiça no biênio 1979-1980 e eleito presidente da Corte em 1981.

Como desembargador do TRE-MA, foi presidente da Corte por dois biênios consecutivos (1974-1976 e 1976-1978), ocupando também os cargos de vice-presidente e corregedor. No exercício da magistratura preocupou-se com a melhoria do orçamento do Tribunal de Justiça. Reiniciou a publicação da Revista de Jurisprudência do TJMA. Foi membro da Comissão de Elaboração do Anteprojeto da Constituição de 1967. Faleceu no dia 15 de outubro de 2016, aos 88 anos.

COMARCA – De entrância intermediária, a Comarca de Santa Helena tem mais de 41.416 mil habitantes e integra o polo de Pinheiro, na Baixada Maranhense. Possui como Termo Judiciário o Município de Turilândia.

mais

informações <http://www.amarcosnoticias.com.br/inauguracao-comarca-do-municipio-de-santa-helena-tem-novo-forum/>

Tenente-coronel é preso por discutir com o procurador-geral do Estado

O tenente-coronel **Ciro Nunes Alves da Silva** foi preso na sexta-feira (21), após uma discussão com o procurador-geral do Estado do Maranhão, **Rodrigo Maia**.

O caso ocorreu nas dependências do Tribunal de Justiça, pouco depois do meio-dia.

Maia foi ao local despachar com o presidente da Corte, desembargador **Cleones Cunha**. O tenente estava no hall de entrada .

Segundo a versão do procurador, ao sair do gabinete da presidência e voltar para a entrada principal do TJ, ele foi abordado por **Ciro Nunes**, questionando os motivos de o Estado haver recorrido de um decisão judicial determinando sua promoção a coronel da PM.

Houve discussão e, ainda de acordo com **Rodrigo Maia**, ele teria sido agredido verbalmente com palavras como “bandido” e “moleque” e “vagabundo”.

O tenente-coronel foi convocado a depor no Comando Geral da PM e, depois, na Superintendência Estadual de Combate a Corrupção (SECCOR), quando, então, recebeu voz de prisão em flagrante.

Ele responderá por violência ou grave ameaça contra autoridade e por injúria.

Outro lado

Ao **Blog do Gilberto Léda** a defesa do tenente-coronel garantiu que não houve agressão física, apenas discussão, e que já foi impetrado um habeas corpus para que seja restabelecida a liberdade do militar.

Surpresa

O coronel **Jorge Luongo** foi o primeiro a tomar os depoimentos do procurador-geral e do tenente-coronel, ainda no Comando Geral da PM.

Segundo o oficial, ao ser informado de que Ciro Nunes precisaria se dirigir à Superintendência Estadual de Combate a Corrupção (SECCOR) para prestar depoimento, ele não imaginava que seria lavrado um auto de prisão em flagrante, mas tão somente um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO).

Fonte: Blog do Gilberto Léda

Judiciário instala Central de Inquéritos em Imperatriz na terça-feira (25)

Em 24 de julho de 2017

O Tribunal de Justiça do Maranhão instala nesta terça-feira (25), às 9h, no Fórum Henrique de La Roque, a Central de Inquéritos de Imperatriz, que dará mais agilidade ao andamento dos inquéritos policiais originados na Comarca, resultando em maior celeridade nos processos criminais.

A nova unidade foi criada pela Lei Complementar 188/2017, cujo texto diz que a unidade é jurisdicionada por um juiz de Direito que será seu titular e realizará as audiências de custódia durante o expediente forense, além das que não tenham sido realizadas pelo juiz plantonista.

A Lei Complementar transformou a antiga 3ª Vara Criminal de Imperatriz em Central de Inquéritos e Custódia e definiu que a atual juíza titular dessa unidade, Ana Lucrecia Bezerra Sodré Reis, passa a ser a titular da Central de Custódia. As 4ª e 5ª varas criminais da Comarca passaram a ser as 3ª e 4ª varas criminais, com as mesmas competências.

Caberá à magistrada a apreciação dos incidentes e medidas cautelares referentes aos inquéritos, resultando em mais rapidez no atendimento das solicitações realizadas pelas autoridades policiais quando da necessidade de realizar suas operações, a exemplo dos mandados de busca e apreensão e outras ações relacionadas ao trabalho de investigação.

De entrância intermediária, a Comarca de Imperatriz, distante 629 Km da capital, abrange a população dos municípios de Davinópolis, Governador Edison Lobão e Vila Nova dos Martírios. A sede do fórum está localizado na Rua Rui Barbosa, s/nº, Centro.

BALSAS - O Tribunal de Justiça do Maranhão inaugura também nesta segunda-feira (24), às 9h, a 4ª Vara Criminal da Comarca de Balsas. Será empossado como titular o juiz José Francisco de Souza Fernandes.

BB acionou Nelma Sarney e juiz Sidney no CNJ por condenação de R\$ 19 milhões

Banco alega situação de extrema gravidade o processo da 4ª Vara Cível de São Luís

Em 24 de julho de 2017

O Banco do Brasil fez reclamação contra Nelma Sarney e o juiz Sidney Cardoso Ramos alegando situação de extrema gravidade o processo nº 12915/1998 da 4ª Vara Cível de São Luís. Um processo de R\$ 15,9 milhões em indenização a favor do advogado José Carlos Tavares Durans. As informações são do jornalista Clodoaldo Correa.

Durans era advogado do Banco do Brasil em um caso contra uma empresa de premoldados e teve seu contrato rescindido por, segundo o banco, desvios de conduta. Ele então, exigiu indenização e honorários advocatícios. A primeira sentença (12915/1998) foi em favor do advogado, mas depois um Acórdão de 2001 do Agravo de Instrumento 14987/1998 havia encerrado o caso, pelo não pagamento dos honorários.

Mas cinco anos após a decisão, a 4ª Vara Cível atuou na execução da sentença 12915/1998, decisão que já havia sido reformada.

O curioso é que o já conhecido juiz Clésio Cunha foi o primeiro a ter este processo em mãos, mas se deu por impedido. Em abril de 2015, a desembargadora Nelma Sarney designou o juiz Sidney para o processo. Em junho de 2015, o juiz Reinaldo de Jesus Araújo foi empossado na 4ª Vara Cível e mesmo assim o processo não retornou ao juiz natural, ficando nas mãos de Sidney.

O banco alega que Nelma nem poderia designar o juiz pois era Corregedora-geral à época e não fazia parte da 2ª Câmara Cível do TJ, sendo incompetente para designar o juiz.

A soma dos valores atualizados chegaram a R\$ 19 milhões. No pedido de investigação, a defesa do Banco do Brasil diz que é nula a decisão para pagar o advogado e a portaria assinada por Nelma “que revestiu o primeiro reclamado (juiz Sidney) na jurisdição somente deste processo que envolve cifras milionárias e tramita na Quarta Vara Cível de São Luís, juiz incompetente para apreciar a matéria e com escopo específico de rejeitar a defesa do Banco do Brasil, é igualmente nula”.

Além da nulidade das decisões, o banco quer que se abra processo disciplinar para apurar os fatos narrados e a aplicação das sanções cabíveis aos envolvidos.

Desembargador Vicente de Paula empossado no TRE/MA

Eleito pelo Tribunal de Justiça para o cargo de membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), foi empossado o desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro.

O ato foi presidido pelo desembargador Raimundo Barros, presidente da Corte, e prestigiado pelos desembargadores Bernardo Rodrigues, Tyrone José Silva e João Santana, pelos membros da Corte Magno Linhares, Sebastião Bonfim e Kátia Coelho e ainda pelo procurador regional Pedro Henrique Oliveira Castelo Branco, além do diretor-geral Flávio Costa.

Ao se referir ao empossado, o presidente do TRE-MA destacou que o desembargador Vicente de Paula é um amigo querido que exercerá importante função no ano de 2018 quando julgará processos referentes à propaganda.

Perfil

Vicente de Paula Gomes de Castro nasceu em Piracuruca, no norte do Piauí, em 24 de dezembro de 1949. Ingressou no serviço público em 1970, como escrivão de polícia da Secretaria de Segurança Pública do Piauí, após aprovação em concurso público. Ainda estudante de Direito, ascendeu ao cargo de delegado de Polícia Civil naquele estado, bacharelado-se em Direito em 1974 pela Universidade Federal do Piauí.

Em agosto de 1975, pediu exoneração da Polícia Civil para ingressar no Ministério Público do Piauí como promotor de Justiça, após aprovação em concurso público, especializando-se em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará, em 1979.

Veio para o Maranhão em fevereiro de 1982, aprovado em concurso público para juiz de direito, realizado no ano anterior. Foi nomeado juiz substituto para a comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão, onde depois foi titularizado. Trabalhou nas comarcas de Vargem Grande, Timon e Balsas. Depois de 10 anos no interior, foi promovido para a capital, em 1992. Foi juiz auxiliar por 4 anos, até se tornar titular na 2ª Vara da Infância da Juventude. Assumiu a 4ª Vara Cível de São Luís, passou pela 1ª Vara da Infância e da Juventude e, por fim, foi removido, a pedido, para a Auditoria da Justiça Militar, de onde saiu para ser desembargador, pelo critério de antiguidade, e oficialmente empossado no dia 16 de maio.

Não funcionou

22/07/2017

“Safadeza”?

O desembargador Jaime Ferreira de Araújo, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), envolveu-se em mais uma polêmica.

Ele foi acionado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) depois de dizer, durante sessão do Pleno, que a greve realizada pelos servidores do Judiciário em 2015 “foi uma safadeza”.

Ao CNJ, o sindicato dos servidores do Judiciário pede, liminarmente, que o magistrado se retrate em nova sessão do Pleno e, no mérito, que seja punido pela ofensa.

Autoritarismo puro

24/07/2017

O episódio envolvendo a prisão do tenente-coronel Ciro Nunes, da Polícia Militar do Maranhão, é mais um ato a comprovar a marca autoritária do governo Flávio Dino (PCdoB).

O oficial foi preso na sexta-feira, 21, depois de discutir na porta do Tribunal de Justiça do Maranhão com o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.

Esse é o único ponto concordante nos depoimentos dos dois, porque Maia diz que foi agredido com palavras de baixo calão – depois de ter sido abordado pelo PM para tratar de um processo de promoção em que ele figura como requerente – e Nunes, por outro lado, argumenta que foi humilhado pelo procurador antes de reagir. Versões à parte, o fato é que não houve agressão física de nenhum dos dois lados, embora possa ter havido algum excesso.

Está claro que alguém acusado de injúria ou ameaça, nessas condições, teria que responder judicialmente pelo ato. Mas ser preso?! É de se imaginar o que seria da sociedade se toda discussão terminasse em prisão.

O “crime” do tenente-coronel Ciro Nunes, portanto, foi ter ousado desafiar um agente do governo comunista. E, nele, impera o autoritarismo, o abuso do poder, a imposição pela força, pelo medo.

Surpresa

A prisão do tenente-coronel Ciro Nunes foi tão arbitrária que surpreendeu até o subcomandante da Polícia Militar do Maranhão, coronel Jorge Luongo.

Ele foi o primeiro a tomar os depoimentos do procurador-geral do Estado e do tenente-coronel, ainda no Comando Geral da PM.

Segundo o oficial, ao ser informado de que o colega precisaria se dirigir à Polícia Civil para depor, ele não imaginava que seria lavrado um auto de prisão em flagrante.

Tribunal de Justiça e Cemar lançam o Linha Direta para facilitar acesso ao Judiciário

Foi lançado nesta segunda-feira (24), pelo Tribunal de Justiça e a Companhia Energética do Maranhão (Cemar), o projeto “Linha Direta”, iniciativa que visa a facilitar o acesso da população ao Poder Judiciário. “É mais uma porta que se abre para que a população seja atendida de forma rápida e efetiva”, ressaltou o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida.

O objetivo é resolver litígios antes do consumidor tentar a judicialização. O serviço funcionará de segunda a sexta-feira, das 8 às 18h, com a presença permanente de um preposto da concessionária de energia para – dependendo da demanda – solucionar impasses por meio de acordo.

O atendimento será destinado àqueles que possuem demandas contra a Cemar, podendo as mesmas serem pré-processuais (quando ainda não existe um processo ajuizado em vara ou juizado) e processuais. Ao atender o consumidor, o preposto consultará a sua situação no cadastro da empresa, bem como nos bancos de dados das instituições parceiras – Defensoria Pública do Estado, Procon, Ministério Público e o próprio Judiciário.

Após esse procedimento, será formalizada no ato ou em data posterior – dependendo de cada caso – uma proposta de acordo. Caso o usuário aceite, a proposta será encaminhada a uma das salas do Centro de Solução de Conflitos do Fórum de São Luís, para formalização do Termo de Audiência de Conciliação. Posteriormente, o termo será encaminhado para o Juizado Especial competente e distribuído de acordo com a residência do requerente, para homologação.

Para o diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim, o projeto “Linha Direta” tem como meta beneficiar a sociedade e reduzir o número de processos judiciais.

O diretor da Cemar, José Jorge Leite Soares, afirmou que a intenção da empresa é mostrar que a resolução por meio de acordo é o melhor caminho. “Nosso foco é o cliente, pois sem ele a companhia não se sustenta e queremos, com isso, evitar a todo custo o conflito, uma vez que a conciliação deve ser priorizada”, frisou.

Após a inauguração, ocorreu o primeiro atendimento, tendo como parte Walbert dos Santos Silva, morador da comunidade Itaguará em São José de Ribamar, que possui um imóvel locado e percebeu, em novembro do ano passado, que estava com seu nome no cadastro de restrição ao crédito, por inadimplência na conta de energia em razão de seu nome ter sido usado irregularmente pela locatária.

“Fiz um bom acordo, pois o que eu mais queria era ter meu nome retirado do Serasa e ter meu crédito de volta. Fui muito bem atendido e recomendo o serviço aos interessados na resolução de questões com a Cemar”, declarou.

“Linha Direta” - O projeto “Linha Direta” já foi implantado, em maio deste ano, no 13º Juizado Especial Cível e já registrou naquela unidade judicial uma redução de 65% nas demandas em desfavor da companhia. Neste mês, a empresa também instalou um posto no 12º Juizado Especial Cível. O serviço já funciona no Procon (São Francisco), Shopping Pátio Norte e Defensoria Pública.

Novo fórum é inaugurado em Santa Helena

| SAULO DUAILIBE

Novo fórum é inaugurado em Santa Helena

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, entregou as instalações do novo Fórum da Comarca de Santa Helena, distante 383 km de São Luís. O prédio da Justiça leva o nome do saudoso desembargador maranhense “José Antônio Almeida Silva”, único magistrado que ocupou todos os cargos de direção do Poder Judiciário do Maranhão e da Justiça Eleitoral do Estado. “É uma homenagem justa e devida a um homem que teve uma conduta ética e marcante por onde atuou. É uma forma de reconhecer as grandes virtudes de um magistrado que muito contribuiu para a Justiça em nosso Estado. O que eu aprendi com ele nunca esquecerei”, declarou.

O procurador-geral da Justiça, Luís Gonzaga Martins Coelho, parabenizou o Tribunal de Justiça por presentear a população com um novo Fórum e pela homenagem ao desembargador José Antonio Almeida Silva. “Ele era um homem à frente do seu tempo. O Judiciário faz um importante reconhecimento de gratidão a esse grande magistrado”, asseverou.

O prefeito de Santa Helena, Zezildo Almeida Júnior, afirmou que a comunidade helenense está satisfeita com o novo prédio da Comarca. “É um momento especial para os cidadãos de Santa Helena e de Turilândia, que terão um acesso facilitado à Justiça”, frisou.

Homenagem

Na presença dos filhos, netos e bisnetas, a esposa do desembargador homenageado, Elimar Figueiredo de Almeida Silva – procuradora-geral de Justiça no Maranhão aposentada – demonstrou felicidade e gratidão pela homenagem especial prestada pelo Tribunal de Justiça. “Procurei buscar, na minha memória, algo que dissesse da história desse homem como juiz e que o fez merecedor de tamanha honraria”, revelou num discurso emocionado em que relatou a vida do marido desde os tempos da faculdade de Direito.

A ex-procuradora destacou momentos importantes na carreira do esposo, que dedicou 43 anos de sua vida à magistratura, dos quais 29 foram no Tribunal de Justiça do Maranhão. “Apesar das funções que exerceu, das lutas que enfrentou, de suas conquistas e vitórias, jamais deixou de ser aquele homem afável e simples, cujo sorriso para nós, sua família, iluminava o mundo. Que nesta Casa, se encontre sempre a presença da Justiça, repositório maior da esperança dos cidadãos”, realçou.

O advogado José Antônio Almeida, filho do desembargador homenageado, agradeceu o reconhecimento dizendo que para a família o gesto tem um especial encanto: “Helenas são todas as minhas irmãs. Era o nome favorito do nosso pai. Estamos orgulhosos de que ele esteja vinculado a este Fórum e a esta cidade”, frisou.

A nova sede da Biblioteca do Tribunal de Justiça, inaugurada em 29 de novembro de 2016, também ganhou o nome de “Desembargador José Antonio de Almeida Silva”, homenageando um dos magistrados de maior relevância para a Justiça no Maranhão.

Biografia

José Antônio de Almeida Silva era natural de São Luís, tendo nascido em 15 de julho de 1928. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Luís. Iniciou a carreira na Magistratura em 23 de agosto de 1955, na Comarca de Imperatriz. Atuou como juiz, também, nas comarcas de Balsas, Cururupu, Alto Parnaíba e Pinheiro.

Em 1966, foi eleito juiz do Tribunal Regional Eleitoral e promovido para a Comarca de Caxias no mesmo ano. Em 1968, foi promovido, por merecimento, para São Luís. No Tribunal de Justiça do Maranhão, tornou-se desembargador em 1969. Foi corregedor-geral da Justiça no biênio 1979-1980 e eleito presidente da Corte em 1981.

Como desembargador do TRE-MA, foi presidente da Corte por dois biênios consecutivos (1974-1976 e 1976-1978), ocupando também os cargos de vice-presidente e corregedor. No exercício da magistratura preocupou-se com a melhoria do orçamento do Tribunal de Justiça. Reiniciou a publicação da Revista de Jurisprudência do TJMA. Foi membro da Comissão de Elaboração do Anteprojeto da Constituição de 1967. Faleceu no dia 15 de outubro de 2016, aos 88 anos.

Comarca

De entrância intermediária, a Comarca de Santa Helena tem mais de 41.416 mil habitantes e integra o polo de Pinheiro, na Baixada Maranhense. Possui como Termo Judiciário o Município de Turilândia.

A pedra fundamental do novo Fórum de Santa Helena foi lançada em setembro de 2011, pelo então presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon. Em terreno doado pela Prefeitura de Santa Helena, o novo prédio - situado na Rua Bequimão, s/n, Ponta d'Areia - ocupa uma área de 573 metros quadrados de área construída.

Tem pavimento térreo, com estrutura para abrigar duas unidades jurisdicionais, com salas de audiência, gabinete de juiz, secretaria judicial, arquivo, distribuição e protocolo, OAB, depoimento especial e de oficiais de Justiça, recepção, copa e banheiros feminino, masculino e adaptados para pessoas com deficiências.

Em seu acervo processual, foram proferidas 1.268 sentenças no ano de 2016. De janeiro a julho deste ano, foram cerca de 1.000 processos sentenciados. Até novembro de 2017, estão agendadas as realizações de dez sessões do Tribunal do Júri. Com uma vara única, o acervo é de 8 mil processos.